

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 42.796.377/0001-88
NIRE nº 15.1809.1603-1

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 1.402.000.000,00

**EXTRATO DA ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

I. Data, Hora e Local: 22 de março de 2001, às 8:30 horas, na sede social da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, à Rua Costa Carvalho, nº 308, no Bairro da Paulífera, Capital.
II. Presença: Antônio Carlos de Menezes Thaum, Presidente, Arionaldo Carnignani, Vice-Presidente, Dalmo do Valle Nogueira Filho, Fernando Mada Dall'Aqua e Sebastião Soares de Farias. III. Comparecimento da Mesa: Secretário: Arionaldo Carnignani. IV. Ordem do Dia: Entre outros assuntos, informam-se que a reunião, tem o objetivo de tratar da matéria proposta pela Diretoria Colegiada através da Deliberação de Diretoria nº 0882001, de 20 de março de 2001 acerca das seguintes condições relativas à 4ª emissão de debêntures não conversíveis da Companhia (respectivamente, a "4ª Emissão" e as "Debêntures"): 1) Definição da forma de aquisição e resgate antecipado das Debêntures, hipóteses de vencimento antecipado e local de pagamento aos debênturistas da 4ª Emissão; 2) Alteração das

das de pagamento das jantes remuneratórias (as "Jantes Remuneratórias") e das parcelas relativas à amortização das Debêntures anteriormente deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária dos Ações da Companhia realizada em 12 de março de 2004 (a "AGE"); 3) Alteração de prazo e da data de vencimento (a "Data de Vencimento") das Debêntures; 4) Alteração da forma de subscrição e integralização das Debêntures anteriormente deliberadas pela AGE; 5) Alteração da forma de resgate das Debêntures, anteriormente deliberada pela AGE; e 6) Definição da destinação dos recursos captados com a colocação da 4ª Emissão. V. Deliberações Colocadas em discussão e matéria constante da Ordem do Dia, os Minutes do Conselho de Administração da Companhia, na unanimidade; e nos termos da proposta de Deliberação da Diretoria n.º 001/2004, e com base nos poderes delegados ao Conselho de Administração pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de março de 2004, e com vista as práticas vigentes no mercado financeiro de captação de recursos, caracterizadas por receberem emissões de debêntures, com aprovação pelo líder da operação, a Banco Itaú S/A., deliberaram o seguinte: 1) Ficam aprovadas as seguintes condições relativas às Debêntures bem como ratificadas os termos constantes do Item V.1.(XIX)(g) do 11º Reunião do Conselho de Administração; 2) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao valor de seu valor nominal unitário (o "Valor Nominal Unitário") não amortizado, acrescido das jantes remuneratórias, calculadas por este tempo, a partir da data de emissão das

Debitores (a "Data de Emissão") ou da última Data de Pagamento de Juros (conforme definido no item 2 (i) acima) até a data de efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 33, da Lei n.º 6.404/76. Nesta hipótese, os Debitores que eventualmente vierem a ser adquiridos pela Companhia poderão ser considerados, permanecendo em titularidade da Companhia ou ser novamente colocados em mercado; (ii) Resgate Antecipado: a Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo pagamento do valor de seu Valor Nominal Unitário não amortizado na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data, de (a) Juros Remanescentes, calculados, por esta companhia, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros; e (b) prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remanescentes devidos à data do resgate. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo do artigo 33, da Lei n.º 6.404/76 e poderá ser total ou parcial sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio; (iii) Vencimento Antecipado: são considerados eventos de vencimento antecipado (os "Eventos de Vencimento Antecipado"), sujeitos à declaração, pela Agente Fiduciária, observado o procedimento estabelecido no regulamento das Debêntures, do vencimento antecipado de 4º Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Companhia, do valor do Valor Nominal Unitário

são amortizadas de cada Debitante, decorrente dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento do Juro, quaisquer das ocorrências abaixo, sem prejuízo de outras que vierem a ser fixadas: (a) protesto legítimo a respeito de títulos contra a Companhia, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido extinto por erro ou má-fé do titular, desde que devidamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência; (b) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação decorrente da emissão de unidades das Debitantes, não cancela no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas sem limitação, as obrigações de natureza pessoal; (c) não pagamento dos juros remuneratórios devidos às Debitantes nas respectivas datas de vencimento, bem como quaisquer outras obrigações pessoais previstas na estrutura de unidade; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pessoais da Companhia decorrentes da 4ª Emissão; (e) alteração de controle acionário da Companhia ou que tenham sido constituídas garantias adicionais à 4ª Emissão, na forma que vier a ser ajustado entre a Companhia e os debenturistas; (f) privatização, liquidação, dissolução, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possa, de qualquer forma,

vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da 4ª Entrada; e
(g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Companhia
para a concessão e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s)
do território do Estado de São Paulo que tenha(m) sido responsável(is),
isoladamente ou em conjunto, e que resultem, a qualquer tempo durante a vigência
das obrigações, representar um valor superior a 10% (vinte e cinco por cento) da
receita líquida da Companhia no exercício imediatamente anterior à ocorrência da
perda da capacidade. Para efeito de verificação, será observado sempre um período
de 12 (doze) meses anterior ao mês da operação, com base nas demonstrações
financeiras do último exercício; (iv) Local de Pagamentos observado o que vier a
ser estabelecido na escritura de emissão, os pagamentos referentes às Debêntures
serão efetuados: (a) na hipótese de serem as Debêntures registradas junto ao SPC -
Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDEMA - Associação
Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela Central de
Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, em conformidade com os
procedimentos adotados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de
Títulos - CETIP, ou (b) na hipótese de serem as Debêntures registradas junto ao
Sistema de Negociação BOVESPA FID, da Bolsa de Valores de São Paulo,
custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, em conformidade
com os procedimentos adotados pela Companhia Brasileira de Liquidação e
Custódia, ou (c) na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao sistema em
que foram registradas as Debêntures, por intermédio do Banco Mandatário.

Valores de São Paulo - BOVESPA, no qual será definido o spread a ser acrescido à taxa de remuneração das Debênturas. A integralização das Debênturas será feita à vista, em moeda corrente nacional, por seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão até a data da efetiva integralização, observados os procedimentos definidos no estatuto de emissão.

4) Fica alterada a forma de negociação das Debênturas, como segue:

4a) Negociação observando o que vier a ser estabelecido no estatuto de emissão, as Debênturas poderão ser registradas para negociação junto ao SND - Sistema Nacional de Debênturas, administrado pela ANDEMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou, alternativamente, junto ao Sistema de Negociação BOVESPA.FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo, custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

4b) Fica aprovada a seguinte destinação para os recursos captados com a colocação da 4ª Emissão:

4b) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos captados com a colocação da 4ª Emissão serão destinados à liquidação de dívidas vinculadas da Companhia, levando em consideração a Deliberação de Diretoria 0034/2000, de 11 de dezembro de 2000, respeitando-se o Plano Plurianual de Investimentos 2000-2004 aprovado pelo Conselho de Administração em sua 56ª Reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2000, bem como o PPA, Plano Plurianual de Investimentos 2000-2003, aprovado pela Assembleia Legislativa, conforme Lei n.º 10.694, de 8 de dezembro de 2000. VL. Eventualmente, nada mais havendo a ser tratado, foram extintos os



trabalhos e despesas a realizar pelo tempo necessário à lavagem desta via, a qual, lida e actuada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Certifica que a presente é cópia fiel do original lavado em livro próprio.

São Paulo, 22 de março de 2001.


ARNÓVALDO CARMIGNANI

Vice-Presidente do Conselho de Administração